

Artigos



MST: 20 anos de luta pela Reforma Agrária dentro de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil e de construção da globalização contra-hegemônica*

TERESA CRISTINA ZAVARIS TANEZINI**

Resumo: Este artigo pretende ressaltar a importância do MST como protagonista da luta pela reforma agrária no país desde a década de 1980, resgatando sua trajetória ao longo das fases conjunturais, cujos marcos foram os quatro congressos nacionais, enfatizando, por um lado, a atuação interna junto à sua base social, a complexificação de sua organização espacial e setorial (com ênfase nos setores de produção e de educação) para atender às demandas crescentes e, por outro lado, o esforço de articulação e atuação conjunta com outros movimentos camponeses, sindicais e populares no Brasil e no mundo pela transformação social, incorporando temáticas dos novos movimentos sociais, sem diluir seus valores, concepções e métodos de luta que fazem dele um “velho” movimento de caráter classista comprometido com o processo de democratização da sociedade brasileira articulada com a luta mundial antineoliberal e anticapitalista. Há uma dívida intelectual em contrapor a desqualificação pela mídia e em valorizá-lo nas reflexões teóricas contemporâneas sobre movimentos sociais.

* Esse artigo sintetiza reflexões anteriores e atuais sobre esse movimento social: “MST – a face invisível de um movimento social” apresentado no X CBAS (2001); “Movimentos Sociais e Cooperação Agrícola”, 2003 (mimeo); “20 anos de luta e 10 anos de parceria”, aula inaugural do curso de Engenharia Agrônômica da UFS/INCRA/PROQUERA em março de 2004, e discussões da disciplina Movimentos Sociais, Poder Local e Cidadania, da pós-graduação em Política Social – SER/UnB, ministrada pela professora Nair H.B. de Souza.

** Assistente social, professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Sociologia, com área de concentração em Sociologia Rural, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutoranda em Política Social na Universidade de Brasília (UnB).

Palavras-chave: movimentos sociais, reforma agrária, cooperação agrícola, modelo de desenvolvimento, globalização contra-hegemônica.

MST: 20 years of fight for the agrarian reform inside a popular project of Brazil's development and the construction of counter-hegemonic globalization

Abstract: This article intends to stand out the importance of MST as protagonist of the fight for the agrarian reform in the country since the decade of 1980, rescuing its trajectory along conjunctural phases, whose marks were the four national congresses, emphasizing, on one side, the actuation on MST's social base, the more complex of its geographic and sectional organization (with emphasis in the sections of production and education) to assist to the growing demands and, on the other hand, the articulation effort and performance with other peasant, syndical and popular movements in Brazil and in the world for the social transformation, incorporating themes from new social movements, without diluting its values, conceptions and fighting methods that make MST an "old" movement of classist character committed with the process of democratization of the Brazilian society articulated with the mundial "neoliberal" and anti-capitalist struggle. There is an intellectual debt in opposing the disqualification operated by the media and in valuing MST in the contemporary theoretical reflections upon social movements.

Keywords: social movements, agrarian reform, agricultural cooperation, development model, globalization.

Introdução

Este artigo objetiva resgatar a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil que completou, em janeiro de 2004, vinte anos de existência, prestando uma homenagem à sua importância na luta pela reforma agrária articulada com as lutas passadas e presentes pela transformação social do País e do mundo.

A perspectiva em que me coloco ao abordar o MST em sua luta pela democratização da riqueza como passo indispensável na construção de uma sociedade mais justa e igualitária é a partir de dentro do processo, enquanto cidadã militante e profissional

que combinou ensino, pesquisa e extensão numa parceria de dez anos entre a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e este movimento social, reforçada pelos fóruns nacionais sobre a relação entre Universidade e Reforma Agrária, em 1995/96, que resultaram em três grandes convênios entre o Conselho Brasileiro de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): o I Censo Nacional da Reforma Agrária (1996/97), o Projeto LUMIAR de assistência técnica nos assentamentos (1997/99) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (1998/2004).

A lógica desta reflexão divide-se em cinco partes: 1^a) introduz os paradigmas do desenvolvimento da agricultura no mundo; 2^a) retoma os condicionantes estruturais e a opção feita pela elite no comando do Estado brasileiro; 3^a) recorda o processo de resistência popular e a gestação de sociabilidades alternativas ao longo dos vários períodos da nossa história; 4^a) esboça a trajetória do MST da luta pela reforma agrária a cada conjuntura a partir do último quartel do século XX, cada vez mais articulada com um projeto alternativo de desenvolvimento nacional fazendo um balanço quantitativo; 5^a) dentro de um balanço qualitativo sobre essa trajetória, reflete sobre a relação entre “velhos” e novos movimentos sociais e sobre o processo de construção da globalização contra-hegemônica.

Os paradigmas do desenvolvimento agrário nos países capitalistas e socialistas

Falar da luta pela reforma agrária, articulada ao desenvolvimento econômico e social mais geral e ao papel da agricultura no mesmo, pressupõe comentar sobre os caminhos até aqui viabilizados historicamente (e respectivas teorizações) que têm sido estudados e problematizados pelo MST no processo de definição do seu projeto estratégico.

No debate clássico sobre os modelos de desenvolvimento da agricultura nos marcos do capitalismo há dois paradigmas,

apresentados por Abramovay (1992): o primeiro foi evidenciado por Kautsky (1980), em seu livro escrito em 1900, *A Questão Agrária*, como a tendência dominante nos países centrais de fortalecimento da grande exploração agrícola mecanizada, da agroindustrialização e do assalariamento em grandes propriedades privadas, que condenariam o campesinato ao desaparecimento (exceto se conseguisse se organizar em cooperativas). Foi denominada “via prussiana” (numa referência à Prússia, atual Alemanha), embora muito antes já tivesse ocorrido no “cercamento dos campos” para a criação de ovelhas em grande escala na Inglaterra e nas *plantations, haciendas ou plantaciones* de cana-de-açúcar, de chá, de algodão, de café etc., de base escravista e/ou nas colônias do sul dos Estados Unidos (EUA) e nas colônias tropicais, ambos analisados em 1867 por Karl Marx.

O segundo modelo chamado “via americana” refere-se à etapa histórica de expansão para o oeste do território dos EUA, estudada por Lênin no início do século XX (Pomar, 1980), que consistiu no apoio do Estado aos colonos pioneiros para se apossaram das terras dos índios, criando uma estrutura fundiária de baixa concentração, base das modernas “*farmers*” familiares mecanizadas e capitalizadas, articuladas ou não por cooperativas de crédito e comercialização. Uma variante dessa via, decorrente da revolução francesa que libertou os camponeses da servidão nos latifúndios feudais, transformando-os em pequenos proprietários, conformou a agricultura familiar na França e em outros países da Europa, estudada por Lamarche (1993), que se desenvolveu apoiada pelos fortes subsídios estatais do *Welfare State*, como destacou Abramovay, convivendo ou mesclada com formas cooperadas – os *kolkhozes*.¹

Nas experiências do socialismo real, a agricultura em larga escala é representada pelas grandes fazendas estatais

¹ Fortes laços comunitários tradicionais em aldeias rurais também reuniram agricultores familiares em outros países capitalistas como no *ejido* (México). A política de assentamentos dos *kibutz* israelenses também está fundada em formas de cooperação. Cf. CONCRAB

– os *sovkhoses* (na URSS, em Cuba etc). Mas há um peso considerável da agricultura em pequena escala a partir de formas clássicas de cooperação presentes na tradição camponesa de alguns países: os *MIR* russos que evoluíram para os *kolkhoses* e suas variações – comuna agrícola, *artel* e *toz* (na URSS), a *zadruga* eslava (Iugoslávia) e as comunas que evoluíram para equipes de entre ajuda, cooperativas semi-socialistas e socialistas avançadas e as comunas populares rurais (China); ou mediante processos de reforma agrária, como ocorreu em Cuba, em 1959 e em 1963, que se desdobraram na criação da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP – 1961) e no desenvolvimento das cooperativas de produção agropecuária (CPAs) e de crédito e de serviços (CCS).

O MST está atendo aos desdobramentos atuais de todos esses caminhos do desenvolvimento da agricultura no mundo (incluindo viagens de estudo a vários países) e, baseado nos princípios da socialização dos meios de produção e da não exploração dos trabalhadores, defende a cooperação agrícola (em suas diferentes formas) em seu programa de reforma agrária e em seu projeto estratégico societário.

A opção da elite e a resistência popular e sociabilidade alternativa legados ao MST

O MST vem qualificando cada vez mais a abordagem da questão agrária no Brasil, gerada a partir dos traços que herdamos da etapa de dependência colonial (que durou mais de trezentos dos quinhentos anos da nossa história, prolongada pela submissão econômica aos países centrais) e das opções de desenvolvimento da monarquia e das oligarquias republicanas, procurando dar visibilidade a um dos seus elementos estruturais – a concentração da terra perpetuada e agravada na etapa de modernização pós-30.

/ MST. “O Cooperativismo no Pensamento Marxista” e “As Experiências clássicas de cooperação agrícola” – Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação n^{os} 2 e 3 – São Paulo: CONCRAB, junho de 2000 e agosto 2001.

Esse movimento se vê como herdeiro das lutas de resistência contra a expropriação (processo de separação dos produtores diretos da sua terra) e exploração, constitutivos da questão social no Brasil, que têm sido protagonizadas, desde a nossa origem, respectivamente pelos povos indígenas nas guerras contra a invasão de seus territórios pelos europeus, a escravização e a descaracterização cultural nos aldeamentos e pelos africanos nas constantes fugas para formar quilombos e mocambos espalhados pelo país até a abolição, onde tentavam reconstruir sua humanidade e identidade contra a escravidão ressuscitada na idade moderna para viabilizar a força de trabalho do grande empreendimento colonial² que, muito além dos quase quatrocentos anos de sua vigência, demarca o “*apartheid social*” com forte conteúdo racial. Além deles, os posseiros pobres de todas as raças e mestiços, marginalizados da sociedade, os quais, na virada do período imperial para a República Velha, seguiram lideranças messiânicas na conquista da “terra da liberdade”, em Contestado (PR), Canudos (BA), Caldeirão (CE) etc.

O MST resgata de todos esses processos de negação da ordem dominante a vivência de outra concepção de posse e uso da terra, fundante de outra sociabilidade, prevalecendo a roça comunitária e o trabalho coletivo tanto na economia indígena, como nos quilombos, onde habitaram ex-escravos, índios e mestiços pobres, a exemplo no território livre de Palmares (AL) por quase cem anos (!) e no arraial de Canudos, que realizava a profecia de Conselheiro “*de uma terra feita de cuscuz onde brotava leite e mel*”. A homenagem que os “sem-terra” prestam a esses sujeitos sociais é perpetuá-los na memória coletiva ao denominar grupos de estudo e de produção, acampamentos, assentamentos etc., incentivar a pesquisa e incorporá-los em sua “mística”, lembrando seus líderes em publicações, músicas, representações e palavras de ordem: *Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta por justiça nós somos companheiros*.

² Cf. Tanezini (1994 a, 1994 b).

Após a II Guerra Mundial ocorreu, segundo Veiga (1981), um ciclo reformista que alterou a estrutura fundiária em países capitalistas centrais como o Japão (1946), ou periféricos como Bolívia (1953), Venezuela (1959) etc. No Brasil, porém, a reforma agrária foi inviabilizada pela elite liberal que elaborou a Constituição de 1946, incluindo o conceito de “função social da terra”³ mas barrando a desapropriação do latifúndio improdutivo ao condicioná-la à justa e prévia indenização em dinheiro ao proprietário.

No modelo de desenvolvimento aqui adotado, conforme Beskov (1999), o setor agrícola articulou-se com o acelerado processo de expansão produtiva industrial (caçada em fortes investimentos estatais em infra-estrutura, produção de insumos básicos e políticas de incentivos creditícios, fiscais e cambiais às empresas privadas, alimentados a partir de 1950, pelo forte ingresso de capital externo), e não só manteve o latifúndio intocado como aumentou sua extensão, submeteu a agricultura à indústria e apresentou crescimento da oferta de alimentos e matérias-primas a uma taxa média de 4% ao ano, sem necessidade de volume significativo de recursos financeiros, transferindo mão-de-obra e renda do campo para a cidade. Do ponto de vista das relações de produção essa modernização conservadora da agricultura (a “via prussiana” de acumulação capitalista), coordenada pelo Estado, aumentou a expropriação dos camponeses e exploração dos assalariados, provocando reações.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) defendendo a revolução democrático-burguesa, por um lado, estimulou a organização dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) (concorrendo com a igreja católica) e sua luta pelos direitos trabalhistas que resultaria no Estatuto do Trabalhador Rural e, por outro lado, defendeu a libertação dos camponeses das relações “de sujeição” dentro das grandes propriedades

³ Esse princípio da produção condicionando a propriedade já estava presente no instituto da sesmaria em Portugal, completamente distorcido ao implementar-se nas condições históricas do Brasil Colônia. Cf. Tanezini (1994).

(resquícios feudais), o que gerou importantes movimentos sociais como Trombas e Formoso (GO), Porecatu (PR) etc. Segundo Martins (1984), nesses “territórios livres” ocorreram as primeiras experiências coletivistas de posse e uso da terra no bojo de um processo de resistência organizada por ação de um partido político, que também apoiou os foreiros dos engenhos canavieiros na fundação de associações civis – as Ligas Camponesas (que de Pernambuco e da Paraíba alastraram-se para outros Estados nordestinos até Minas Gerais e Rio de Janeiro) –, cuja causa foi divulgada nas cidades através de marchas e adquiriu contornos políticos mais radicais expressos nas palavras de ordem *Reforma Agrária na lei ou na marra* e nas ocupações de propriedades rurais. Isso se repetiu com o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER/RS), de influência brizolista. O MST reaviva, se espelha e aprende com essas formas de luta.

Dos anos 50 aos 60, os diferentes movimentos sociais no campo articularam-se em âmbitos regionais e, em 1961, em Belo Horizonte, realizaram o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, no qual a reforma agrária foi a principal bandeira de luta aprovada e a ser implementada pela então criada União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB). Simultaneamente, o movimento sindical de trabalhadores rurais, enquadrado pela legislação social (CLT), foi se hierarquizando numa grande estrutura: os STRs (nos municípios), as federações estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) fundada em 1963. Diferentemente da “unidade da diversidade” que caracterizava a primeira entidade nacional, essa última assumiu o caráter de representação geral e unívoca dos trabalhadores rurais (conceito homogeneizador dos diversos segmentos que compõem a classe trabalhadora no campo), disputando e esvaziando a legitimidade das demais organizações, com o referendo dos governos populistas e da igreja católica, dos governos militares e dos governos civis, num processo contraditório que ocorre até hoje, sobretudo com o MST.

Não por coincidência foi também por volta da metade da década de 1950 (excluindo-se contribuições esparsas do passado distante), que se inaugurou o debate sobre a “Questão Agrária no Brasil” entre intelectuais de esquerda,⁴ centrado nas características (feudais ou capitalistas) das relações sociais de produção no meio rural e sua tendência (se eram ou não entrave ao desenvolvimento nacional) e nas possibilidades políticas de mudanças que alterassem padrões seculares de dominação social mantidos pelo domínio oligárquico da propriedade da terra. As duas teses defendidas apontavam estratégias diferentes de luta. Porém, a necessidade de alteração da estrutura fundiária (a adoção da “via americana” de desenvolvimento) era reconhecida, no início de 1960, como uma das principais reformas de base que o país necessitava, reivindicada pelos movimentos camponeses e segmentos progressistas para fortalecer o mercado interno.

Realizada na maioria dos países, a reforma agrária era recomendada por organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, para alavancar o crescimento econômico de países subdesenvolvidos (como forma de evitar mudanças radicais não só no campo, mas na estrutura da sociedade dos países latino-americanos após o processo revolucionário cubano, iniciado em 1959. Foi assumida pelo governo brasileiro na Carta de Punta del Leste, em 1962, e reiterada pelo presidente João Goulart, ao anunciar o projeto de emenda constitucional (que substituiria a indenização prévia em dinheiro das propriedades rurais pelo pagamento de títulos públicos) e assinar o primeiro gesto simbólico na sua direção – a desapropriação das faixas de domínio ao longo das rodovias federais, no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em março de 1964. Contudo, foi frustrada pelo golpe dezoito dias depois.

⁴ Esse debate polarizado por Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr, ambos do PCB. A questão agrária se traduziu em questão regional na razão dualista de Jaques Lambert – *Os Dois Brasis* – as regiões industriais modernas e dinâmicas do Leste e Sul em contraste com o Nordeste agrícola e atrasado econômica e socialmente.

Nos 20 anos sob ditadura militar, o debate foi proibido e os movimentos camponeses foram desarticulados sob violenta repressão. A promulgação do Estatuto da Terra, em novembro do mesmo ano, segundo o general Castelo Branco, honrava os compromissos internacionais de realizar a reforma agrária integral (cobrados pela FAO/ONU em 1968), isto é, a efetiva transformação dos injustos sistemas de posse e uso da terra (onde necessário). As soluções para a causa das mazelas sociais diagnosticada pela polarização entre minifúndio e latifúndio seriam: a transformação das grandes propriedades em empresas rurais cumprindo os objetivos de aumento da produtividade, conservação dos recursos naturais e justiça social (adotar relações assalariadas de acordo com a legislação trabalhista); a colonização em projetos públicos e privados, sobretudo nas áreas de fronteira agrícola (nas regiões Norte e Centro-Oeste) e a reforma agrária, ou seja, a desapropriação do latifúndio (por extensão e por exploração) que não cumprisse “a função social da terra” (não se modernizasse conforme a lei).

A criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA – responsável pela colonização, extensão rural e cooperativismo), fundidos em 1970 no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a montagem de um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural (EMBRATER), de pesquisa agropecuária (EMBRAPA), de crédito rural (SNCR), de comercialização via cooperativismo (coordenado pela OCB) e a implantação de uma série de programas federais de modernização de cunho setorial, regional e microrregional⁵ induziram a modernização das grandes propriedades rurais.

⁵ Como por exemplo a atuação da CODEVASF no Vale do Rio São Francisco nas décadas de 70 a 80; o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971); o Programa de Modernização da Agroindústria Canavieira (1971); o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974); o PRÓ-ÁLCOOL (1975); programas de modernização da pecuária nordestina; o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres da Zona Canavieira do Nordeste – PROCANOR (1984).

A alteração da base técnica da agricultura com a adoção do padrão tecnológico da chamada “Revolução Verde” que aumentou sua produtividade e, associada à sua articulação a jusante com a indústria produtora de insumos e bens de capital (máquinas) e a montante, com a indústria processadora de produtos naturais, levou à formação dos chamados “complexos agroindustriais” (da soja, da carne etc.) no processo denominado de “industrialização da agricultura”, que aumentou a presença de multinacionais no setor, apurada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), de 1970. Essa continuidade do processo de modernização conservadora da agricultura que aumentou a produção para o mercado externo e interno, mas também a concentração da terra, teve “efeitos perversos” incrementando: a expropriação e proletarianização dos pequenos produtores (destruição de minifúndios e pequenas propriedades), a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, a precarização do trabalho rural via assalariamento temporário (volantes, bóias-frias), as disparidades de renda, o êxodo rural. A contra-reforma agrária piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo e agravou a degradação ambiental; e, além disso, as colônias pontuais largadas à própria sorte em áreas inóspitas fracassaram, havendo o retorno de produtores às origens.

Essas contradições do modelo de desenvolvimento nos governos militares resultaram em focos de tensão social que se sucederam a partir de 1979 com ocupações de latifúndios em vários Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Goiás, no bojo de um intenso processo de reorganização popular, crítico e combativo que forçou a abertura política gradual (a distensão).

O primeiro fator explicativo da multiplicação dos conflitos de terra num contexto político tão desfavorável foi a “opção pelos pobres” feita pela ala progressista do episcopado católico latino-americano que se tornou hegemônica em Medellín (1968)

e Puebla (1979) e na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que reforçou a organização de comunidades eclesiais de base (CEBs) nas áreas urbanas e rurais, criou em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, em 1980, publicou o documento *Igreja e Problemas da Terra* e lançou a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, retomando as brechas legais contidas no Estatuto da Terra.

A prática social da igreja popular no campo (nos anos 70 e 80) conjugou as lutas de resistência ao modelo agrário dominante com o incentivo a relações de produção não capitalistas. Martins (1984) explicou a origem da proposta coletivista da Igreja progressista a partir de um hábito cultural introduzido pelos portugueses. Acrescido do que foi dito sobre índios e africanos, essas relações de trabalho comunitárias são herança dos três elementos formadores da nossa cultura, disseminadas em comunidades rurais nordestinas, conforme Hélio Galvão documentou no seu livro *Mutirão no Nordeste*, em 1959, e que faziam parte do cotidiano de pequenos produtores ainda na década de 1980, no uso da terra e construções de casas (de taipa), galpões, igrejas, barreiros, barragens etc. O “mutirão” pode ocorrer tanto na posse/propriedade individual (troca de dia) quanto numa “roça comunitária” (posse/propriedade comunal). Esterci (1982, 1984) refletiu sobre esse tema a partir de um seminário nacional sobre as primeiras experiências de cooperativismo e coletivização em comunidades católicas e suas dificuldades.

Os diversos movimentos católicos rurais de então – Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), Movimento de Evangelização Rural (MER), Juventude Agrária Católica (JAC), Comissão Pastoral da Terra (CPT) – experimentaram formas coletivas de produção e comercialização: ajuda mútua, roças comunitárias, banco coletivo de sementes e matrizes de animais, compra coletiva de ferramentas, implementos e insumos, gestão de máquinas, armazenagem e venda coletivas de produtos etc. que continuam hoje no trabalho de base da CPT e Cáritas/CNBB. O “mutirão” e/ou a “roça comunitária” também têm sido

utilizados como parte de estratégias de luta em momentos de confronto com capangas e policiais (no Norte e Nordeste) em função da segurança e da mística da união. A experiência da CPT foi passada diretamente para o MST na sua origem.

O segundo fator explicativo do crescimento das mobilizações no campo foi a ascensão das greves operárias no fim da década de 1970 e da proposta de um sindicalismo autônomo, exercendo influência sobre o movimento sindical de trabalhadores rurais que ensaiava libertar-se do atrelamento ao governo (reforçado pela intervenção militar nos STRs⁶ e pelo programa nacional de previdência social e saúde – FUNRURAL em 1971, executado dentro das suas sedes) a partir do III Congresso Nacional da CONTAG (1979), que passou a denunciar o aumento dos conflitos fundiários e da violência (96 conflitos envolvendo mais de vinte mil famílias em 16 estados, em 1980, e 257 conflitos atingindo o dobro de famílias em todos os Estados no ano seguinte), lançando-se em dissídios coletivos e greves nas zonas canavieiras. Delegados dos STRs participaram da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que propôs a criação de uma instância de articulação entre as diferentes categorias profissionais urbanas e rurais, ultrapassando a proibição legal da CLT (todavia a divisão no movimento criou não apenas a esperada Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, mas também outra central sindical que manteve a denominação CONCLAT, à qual a direção nacional da CONTAG se filiou).

O MST na luta pela reforma agrária articulada com a construção de um projeto popular alternativo para o Brasil e de resistência à globalização neoliberal

Stédile (2000) apresenta as fases da trajetória do MST, demarcando o período de 1979 a 1984 como a primeira delas;

⁶ Nobre (1992).

de 1984 a 1989, a segunda; entre 1990 e 1994, a terceira; de 1995 a 2002, a quarta; e a quinta, iniciada em 2003.

Primeira fase

De 1979 a 1984, Stédile assinala a origem do MST nos conflitos fundiários em diversos pontos do país, sobretudo no Sul e no processo de articulação dos mesmos com assessoria de agentes pastorais, que continuaria ainda durante um certo tempo na segunda fase.

A Comissão Pastoral da Terra teve um papel fundamental na promoção de momentos de troca de experiências, de idéias e conhecimento entre lideranças desse processo de luta concreta pela terra a partir dos quais surgiu a necessidade de um movimento nacional que se constituiu no I Encontro Nacional dos Sem-Terra, em janeiro de 1984 em Cascavel – PR. (Stédile, 2000, p. 22).

Nesta fase inicial, a conquista da terra era o eixo central e exclusivo da ação do MST e sua base social era constituída pelas diversas categorias de trabalhadores “sem terra”: posseiros, parceiros, rendeiros, vaqueiros, assalariados, pequenos proprietários com pouca terra, além de desempregados urbanos, que assumiam a tática radical da ocupação de latifúndios “que não cumpriam a função social da terra” (improdutivos), diferenciando-se de outros movimentos.

A conquista da desapropriação do imóvel e a imissão de posse, pelo INCRA, só ocorria depois de meses e até anos de acampamento, após muitos despejos, sofrimento, fome, espera exasperante, violência e mortes,⁷ reiniciados em vários ciclos de ocupação na mesma ou em novas regiões, porque sempre

⁷ Ver o filme de Tetê Morais, *Terra para Rose*, que documenta a luta da fazenda Anoni (RS) em 1985. E o outro longa metragem *O Sonho de Rose* sobre os mesmos personagens dez anos depois.

havia muitas famílias excedentes em relação à capacidade de assentamento de uma área. Quando a mídia dava repercussão ao fenômeno, o fazia criminalizando o movimento, como até hoje.

O fortalecimento e radicalização do movimento sindical, camponês e popular no Brasil, na década de 1980, estava na contramão da ideologia neoliberal (que surgira com sua força desmobilizadora nos países centrais, desde meados dos anos 70, em resposta ao contexto de crise do capitalismo mundial, que encerrava os trinta anos gloriosos pós-II Guerra Mundial), retardando por mais de dez anos a implementação no Brasil do receituário de políticas de ajuste estrutural para a América Latina proposto no Consenso de Washington em 1979.

Segunda fase

A segunda fase da trajetória do MST, de 1984 a 1989, foi o período de consolidação do movimento a nível nacional, sua ampliação para quase todo o país e sua afirmação como corrente específica de luta pela reforma agrária (Stédile, 2000). Essa fase correspondeu à conjuntura da Nova República, gestada nos constantes enfrentamentos pelo fim da ditadura militar (de estudantes, artistas e intelectuais, operários etc), no movimento pela anistia e intensas mobilizações de massa na campanha pelas “Diretas Já” (1984), mas, efetivamente, nasceu no Colégio Eleitoral (eleição indireta pelo Congresso Nacional). O vice José Sarney assumiu a presidência com a morte de Tancredo Neves, antes de tomar posse.

No seu primeiro encontro nacional, os “sem-terra” haviam esboçado sua proposta de reforma agrária, incorporada no programa da CUT, em 1984. Em janeiro do ano seguinte, foi realizado o I Congresso Nacional dos Sem-Terra, em Curitiba (PR), com 1.500 delegados de quase todos os Estados, afirmando o caráter nacional e sindical do movimento e adotando a bandeira de luta “terra para quem nela trabalha”.

A proposta de reforma agrária sob o controle dos trabalhadores do MST/CUT se contrapunha ao I Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) – nos limites do Estatuto da Terra – lançado no IV Congresso da CONTAG (1985), que o apoiou juntamente com a CONCLAT. O sindicalismo combativo disseminou oposições sindicais aos STRs “pelegos”, procurando superar o assistencialismo e incrementar a luta pelos direitos ao salário e à terra, inclusive resolvendo questões trabalhistas indenizadas com terra, como em Canafístula, em Alagoa Grande (PB), segundo Nobre *et al.* (1985). Todavia, apesar de ideologicamente próximo da CUT e do Partido dos Trabalhadores (PT), o MST foi imprimindo sua forma própria de luta (ocupação massiva de latifúndios improdutivos) e afirmando sua autonomia em relação ao Estado, à Igreja, à CUT e aos partidos políticos, consolidando-se como um movimento social de massas, ganhando maior visibilidade na mídia e assumindo a vanguarda na luta pela terra no País.

Nessa fase, a organização do movimento estava centrada nas diversas “frentes de massa”, cujo trabalho de mobilização dos “sem-terra” em várias reuniões nos povoados rurais e “pontas de rua” (periferias de pequenas cidades) e de preparação das condições materiais da ocupação e montagem do acampamento demandava meses. Por trás da aparência caótica das “cidades” de lona preta, havia uma organização de base que definia a localização dos barracos, correspondente a grupos por origem comum, relações de parentesco e amizade, que constituía “brigadas”, que indicava pessoas para compor a coordenação do acampamento e assumir as tarefas: negociação, segurança, alimentação, saúde, educação, mística e formação, surgindo daí os setores do MST.

O movimento fazia uma crítica contundente ao sistema presidencialista das organizações dos trabalhadores rurais (sindicatos, associações e cooperativas tradicionais) que centralizava e cristalizava o poder, e, na tentativa de

descentralizar as decisões, internamente eram estimuladas direções colegiadas rotativas nas coordenação dos acampamentos, assentamentos, setores, regionais, nos Estados e em nível nacional e, sobretudo, eram valorizadas as assembléias gerais diárias, nos acampamentos, e mais esparsas, nos assentamentos. Essa organização interna garantia que a direção de todas as fases do processo de luta pela reforma agrária – ocupação, acampamento e assentamento – fossem assumidas pelos próprios “sem-terra”, conforme as diretrizes do primeiro congresso, em contraposição à prática paternalista e autoritária de técnicos dos órgãos federais e estaduais que atuavam no processo. Entretanto, a discussão sobre assentamentos e produção no interior do MST, no início dessa fase, era marginal:

(...) pois conquistada a terra cada um deveria se virar individualmente. Não se pensava na luta mais ampla como categoria dos camponeses e da classe trabalhadora. Era uma luta pela terra e não pela Reforma Agrária. O sem-terra só pensava nele e em sua família, queria resolver a questão da terra do ponto de vista individual, quando conquistava seu lote, reproduzia o que conhecia – a posse/uso da terra familiar, estilo pequeno proprietário, faltando a entrega do título pelo INCRA, e que isso bastava para resolver seus problemas (caráter corporativista). A produção era de subsistência, com venda do excedente. A divisão do trabalho era natural entre sexos e idade. O nível de cooperação existente era o espontâneo: mutirão e troca de dias de serviço. Nos Estados, surgiram os primeiros grupos comunitários ou associações informais, a partir de fora, da igreja ou alguns militantes, como experiências isoladas. (Stédile, 2000, p. 22)

Quando os assentamentos aumentaram em número, houve uma tomada de consciência coletiva de que “os assentados são MST”, na expressão de Stédile (2000). A nosso ver, os assentamentos de reforma agrária são espaços sociais complexos e contraditórios, onde inúmeras famílias vivenciam um processo interno de consolidação ou reorganização de

comunidades – no primeiro caso, quando envolvem pessoas unidas anteriormente por laços de parentesco, compadrio, origem comum ou amizade, que resolveram entrar juntas na luta pela terra; no segundo caso, quando envolvem pessoas de diferentes localidades e trajetórias de vida, que foram mobilizadas a partir da necessidade concreta de terra para trabalhar e foram se conhecendo durante e através da própria luta conjunta, com desdobramentos que dependem de diversas circunstâncias e intervenções de atores sociais.

A luta pela terra é por si só uma experiência de cooperação no sentido de que os sem-terra tiveram que se juntar e se organizar para lutar pelo seu pedaço de terra. Mas a cooperação agrícola propriamente dita começa quando são conquistadas as primeiras áreas, vindo com estas o desafio de viabilizar a produção. (CONCRAB, 1997, p. 28).

Foi ficando claro, segundo o autor (e dirigente do MST), que a experiência de cada assentado tentar resolver sozinho o problema da produção para o próprio consumo não diminuiu a fome e a miséria, como se esperava, e provocou desistências e “venda de lotes” de alguns. Por isso, a questão da produção começou a preocupar o movimento e a se multiplicar nos assentamentos a experiência de cooperação agrícola em duas direções: 1) grandes associações – para a representação política dos assentados e para a prestação de serviços mais do que para a produção, liberando lideranças que se tornaram apenas quadros para tocar a máquina do MST, participar dos encontros e organizar novas ocupações, o que permitiu que o movimento se tornasse uma organização social; 2) pequenos grupos e associações coletivas de trabalho na terra, por duas inspirações ideológicas: a maioria por motivação religiosa se juntava em pequenos grupos por ser mais fácil reunir 10 a 15 famílias, além do sentido místico das CEBS (os 12 apóstolos e as primeiras comunidades cristãs), e outros se miravam no líder comunista chinês, Mao Tsé Tung, defendendo que as pequenas experiências de ajuda mútua seriam embriões de grandes cooperativas.

Em maio de 1986, o I Encontro Nacional dos Assentados reuniu representantes de 76 assentamentos de 11 Estados, tomando as seguintes decisões: a) que “os assentados são o MST”, são a sua base (derrotando os defensores da criação de um movimento à parte – o movimento “pé no chão”) sendo criada a Comissão Nacional dos Assentados para fazer avançar todos os assentamentos e evitar diferenciação interna (que funcionaria até 1989); b) admitir a titulação individual da terra, embora fosse sugerido o título coletivo da mesma, mas defender a forma coletiva de trabalhar; c) lutar por uma linha especial de crédito para investimentos nas áreas de reforma agrária (que teria sucesso no mesmo ano com a conquista do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) previsto no I PNRA); d) organizar a produção levando em conta, tanto a visão dos agrônomos que valorizavam os aspectos técnicos e os resultados, quanto a visão dos padres (a mística do trabalho coletivo); e) cada um poderia ter seu lote individual e trabalhar sozinho, mas deveria morar em uma agrovila.

O III Encontro Nacional do MST, em 1987, decidiu organizar os assentados. Mesmo tornando-se agricultores “com terra”, eles não se desligariam do movimento, constituindo o segundo segmento que compõe sua base social, porque a desapropriação do imóvel improdutivo e a criação do PA constituem, sem dúvida, uma vitória expressiva contra a histórica concentração fundiária, mantida por um poder político elitista e autoritário. Porém é apenas um pequenino passo de uma nova etapa da luta permanente por condições de trabalho e de vida dos pequenos produtores familiares, após a conquista do principal, mas insuficiente, meio de produção agropecuária – a terra – para viabilizar os assentamentos.

E as novas, longas e duras lutas continuariam a consumir uma imensa energia e tempo de vida desses agricultores, resultando em benefícios de valores financeiros irrisórios, denunciando a falta de vontade política para se realizar a reforma agrária dentro de uma estratégia global de desenvolvimento

e o objetivo escuso de desmobilização popular. Aglutinadas no MST desenvolviam diversas formas de luta: negociações estaduais e nacionais, manifestações, longínquas marchas e também a tática radical de ocupação do INCRA e outros órgãos e bancos estatais, para pressionar o governo a liberar créditos produtivos ou de habitação, infra-estrutura rural, assistência técnica, educação, saúde etc.

O MST procura manter sua influência para além da nova fase reivindicativa, apontando para o aprofundamento da organicidade dos assentados e do seu nível de consciência, a partir da concepção da cooperação agrícola que foi se tornando o cerne da sua concepção de reforma agrária e o eixo fundamental de sua estratégia de resistência contra o modelo dominante de desenvolvimento econômico e, particularmente, contra o papel da agricultura no mesmo, bem como de sua própria reprodução social enquanto movimento social. Nos laboratórios organizacionais, os assentados discutiam e decidiam como deveria ser a posse da terra e a organização do trabalho (que depois foi antecipada para os acampados). O *Manual de cooperação agrícola* (maio de 1988) incentivava a formação e funcionamento de associações e a secretaria regional do Nordeste publicou o *Manual para estruturação e administração dos grupos coletivos* (setembro de 1989).

O momento crucial dessa fase conjuntural foi a Assembléia Nacional Constituinte, em 1987/88, que abriu para a sociedade civil a possibilidade de se pronunciar através das emendas populares (que exigiam milhares de assinaturas para serem apreciadas). A articulação de movimentos sociais no campo, entidades de apoio e parlamentares progressistas na defesa da reforma agrária massiva, que alterasse de forma ampla e definitiva a estrutura fundiária do País foi derrotada pela bancada ruralista, pela UDR e demais entidades patronais e seus aliados, mantendo apenas as condições legais (Estatuto da Terra) e institucionais vigentes (I PNRA, 1985), que permitiam a conquista “palmo a palmo” num embate sem tréguas contra latifundiários, seus capangas, policiais,

juízes, órgãos executores, imprensa etc. por imóvel. Todavia, foram instituídas fontes orçamentárias complementares para os fundos constitucionais regionais – FNE, FNO e FCO, fortalecendo o PROCERA – um marco na trajetória econômica dos assentamentos.

O V Encontro Nacional dos Sem-Terra, em 1989, teve como lema: *“Ocupar, resistir e produzir”*, refletindo as novas preocupações que ampliavam a luta pela reforma agrária, ou seja, pela democratização da terra e das políticas públicas agrícolas (crédito, assistência técnica, capacitação e pesquisa) e sociais, disputando a propriedade privada e o fundo público. Naquele evento, o movimento definiu que a luta dos assentados fazia parte da “frente de massas” e era indissociável das lutas gerais nos Estados, dissolvendo a Comissão Nacional dos Assentados. Nas mobilizações massivas, às vezes nacionalmente sincronizadas, o MST passou a apresentar às autoridades uma pauta que combinava as reivindicações dos dois segmentos que constituíam a sua base social – os acampados e os assentados.

Para canalizar as diversas demandas dos dois segmentos mencionados, a organização do MST foi se complexificando, se disseminando em coordenações coletivas que iam sendo crescentemente ampliadas com os novos representantes de cada acampamento e assentamento, e iam se subdividindo na dimensão espacial-nacional, estadual, regional, microrregional. Da mesma forma, na dimensão setorial que ia se ampliando a partir de novas demandas – frente de massas, educação, produção, cultura, formação, comunicação, relações internacionais, saúde etc. (muitas delas presentes em todos os níveis espaciais) – formava-se uma diversificada teia de instâncias descentralizadas que, por sua vez, subdividiam tarefas envolvendo muitos outros trabalhadores em cada uma delas. Essa organização ampla e flexível de base, que constituiu e conformou este movimento social de massas, é compreendida como ponto de honra da autonomia do movimento na condução

de todas as fases da reforma agrária e aí reside o segredo de sua agilidade, de sua capacidade mobilizadora, de sua longevidade e potencialidade de crescimento.

A concepção de cooperação agrícola do MST baseia-se em princípios de: gestão democrática, neutralidade religiosa, racial e partidária, ser uma ferramenta de luta da classe trabalhadora contra o capitalismo, distribuir sobras, direção coletiva, organização da base social via núcleos, massividade entre os assentados. Contudo, ocorre um processo dinâmico e complexo de discussões nos diversos níveis espaciais a partir das experiências concretas de sua implementação no cotidiano de cada assentamento, em condições extremamente diferenciadas, nas diversas regiões do País, com avanços e recuos,⁸ que vão alterando a proposta original. A própria estruturação do Setor de Produção e do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) (local, regional, estadual e nacional) foi se alterando ao longo da trajetória do movimento.

Cooperação agrícola não é sinônimo de cooperativismo, que é apenas uma das formas de organização dos assentados. Antes de 1988, todas as cooperativas estavam sob o controle do INCRA e da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), por isso o MST não as levava em conta, mas quando a Constituição permitiu sua autonomia, iniciou-se a discussão sobre cooperativas de produção, por influência da experiência cubana (que começara com pequenas cooperativas). Com dificuldades, surgiram as duas primeiras cooperativas de produção em 1989, no Rio Grande do Sul, com motivação econômica (acumular capital) e política (liberar quadros e procurar sustentar o MST). A idéia de fundar uma cooperativa de crédito rural estadual tornou-se inviável porque teria forte controle do Banco Central e teria que ser limitada ao âmbito

⁸ Como ocorreu no P. A. Moacyr Wanderley (São Cristóvão, em Sergipe), no qual a proposta do laboratório de coletivização total da terra e do trabalho, respaldada pelo INCRA, foi flexibilizada em 1996 com a divisão dos lotes familiares e a formação de três grupos de produtores: um individual e dois mistos. Cf. Tanezini et al. (1995).

municipal com impossibilidade de ajuntar o volume de capital necessário.

Terceira fase

A terceira fase da trajetória do MST, entre 1990 e 1994, significou um momento de forte criminalização e combate ao movimento e implementação da ideologia neoliberal pelo presidente Fernando Collor e, após o *impeachment*, continuada pelo vice Itamar Franco.

Enfrentamos muitos desafios e uma ofensiva do governo Collor, que além de não querer a reforma agrária, tomou a decisão política de nos reprimir enquanto organização social. Foi um período de resistência, de muita perseguição, prisões e, finalmente com a derrota política de Collor, o alívio. (Stédile, 2000, p. 23)

Na década final do século XX, o tema da questão agrária caiu “de moda” nas universidades e nos debates de opinião pública na mídia, sobretudo em função da derrota política da Reforma Agrária, no final do Governo Sarney e durante o governo Collor (ele fechou o INCRA por oito meses e vinculou-o ao Ministério da Agricultura), embora continuasse num pequeno círculo de pesquisadores do tema, no interior dos movimentos sociais e em algumas entidades de apoio agora identificadas como ONGs. Todos se voltavam para as drásticas mudanças globais no mundo do trabalho e para a questão ecológica levantada por entidades ambientalistas, cujo lema era “pensar globalmente e agir localmente”. A abordagem multi ou interdisciplinar da ampla problemática ambiental detectava no reducionismo econômico que comanda a sociedade atual, na miopia dos empreendimentos privados e das políticas econômicas estatais, bem como nas relações desiguais entre países desenvolvidos e periféricos, a causa da destruição natural e humana no planeta, comprometendo as futuras gerações.

Com essa abrangência, as propostas de conservação, preservação e educação ambiental, contemplavam o questionamento da pobreza (“ecologia social”) e a discussão dos modelos de desenvolvimento da agricultura voltava com a defesa dos princípios de descentralização, valorização da biodiversidade e da diversidade cultural, de diversificação e diminuição da escala produtiva, de agricultura orgânica confrontando o modelo agrícola que industrializou a agricultura mundial baseado em pesada mecanização, insumos químicos e agrotóxicos. A pequena produção agrícola familiar e comunitária foi trazida de volta à cena em inúmeras experiências nacionais e internacionais baseadas em ações de solidariedade, de cooperação agrícola entre populações pobres dentro de uma matriz de desenvolvimento agro-ecológica.

Inúmeros movimentos sociais tradicionais do Brasil e do mundo (camponeses, operários e populares), junto a centenas de outros novos movimentos sociais e ONGs – ambientalistas, de mulheres, de homossexuais, raciais, étnicos (povos indígenas), religiosos –, fizeram-se presentes na Conferência Internacional da Sociedade Civil na ECO-92 paralela à Conferência dos Governantes, ambas no Rio de Janeiro. Evidenciava-se, no primeiro evento, uma incrível diversidade de movimentos e entidades de caráter empresarial e popular, de todas as nacionalidades, que constituem a “sociedade civil” na contemporaneidade (que atuava em torno do tema), cada um divulgando suas reivindicações ou experiências inovadoras, defendendo interesses específicos e procurando articulá-los aos interesses globais de preservação do planeta e desenvolvimento sustentável, resultando, além do clima de confraternização universal, na elaboração coletiva dos 72 tratados internacionais encaminhados ao evento oficial (não sem confronto de interesses empresariais *versus* populares, do Primeiro Mundo *versus* Terceiro Mundo).

Ficou também a aprendizagem coletiva (ampliação conceitual) que enriqueceu a “visão de mundo” de todos e a articulação internacional de movimentos sociais e ONGs

durante e depois, com a criação de inúmeras redes temáticas (informatizadas) com coordenações por continentes. Um destaque na conferência internacional de educação ambiental foi a palestra de Paulo Freire sobre educação popular e as homenagens de movimentos de todo o mundo ao seu método pedagógico.

A Via Campesina, criada no ano seguinte, articulou permanentemente movimentos camponeses em todos os continentes, dentre eles os seguintes movimentos brasileiros: MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que surgiu exigindo “terra por terra na margem do lago” nas negociações defendendo as populações ribeirinhas; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que passou a disputar com entidades patronais/empresariais (Confederação Nacional da Agricultura – CNA) a representação dos pequenos proprietários familiares, articulando-se com experiências de união de associações de pequenos produtores; Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que lutava por direitos de cidadania elementares (documentação civil), maior participação nos movimentos, políticas sociais etc.

Apesar de integrar a mesma conjuntura, o período *pós-impeachment* de Collor significou uma alteração drástica na correlação de forças do governo em meio à retomada das mobilizações massivas da sociedade civil organizada e da juventude “cara pintada” em todo o país, que condicionou o mandato do vice-presidente Itamar Franco (1993/94) a mudanças de postura em prol da ética na política e da abertura de canais de participação popular. A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, desde 1992 mobilizava fortemente a opinião pública através da mídia divulgando os dados oficiais sobre os 40 milhões de brasileiros que passam fome e seu direito à alimentação e organizava comitês de solidariedade. O novo presidente instituiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que promoveu conferências estaduais e a I Conferência Nacional em 1994, dando ganhos de

legitimidade ao governo, que instituiu o Plano Nacional de Segurança Alimentar. Pela relação direta entre os conceitos de segurança/soberania alimentar e a agricultura, nesse processo também foi denunciada a distorção do modelo de desenvolvimento agrário/agrícola do país e assumida a luta pela urgência da democratização da terra e políticas de geração de emprego como dimensões estruturais prioritárias da solução da problemática da fome no País. E a Lei Agrária de 1993 regulamentou as diretrizes da Constituição.

O II Congresso Nacional dos Sem-Terra, em 1990, em Brasília adotou a bandeira de luta *“Ocupar, resistir, produzir”*, que apontou a estratégia de luta para enfrentar a nova conjuntura: continuar ocupando as propriedades improdutivas e fazer a disputa ideológica da opinião pública na mídia, entre intelectuais, e no judiciário demarcando a diferença entre *“invasão”* (que remete ao *“sagrado direito de propriedade privada”*) e *“ocupação”* (que remete à denúncia do descumprimento da função social da terra – uso improdutivo, não cumprimento da legislação ambiental e trabalhista), divulgando o apoio de juristas, da OAB e as sentenças favoráveis de juízes, em audiências públicas, atestando a legitimidade e legalidade da luta. E a preocupação crescente com a organização de base nos assentamentos em grupos de produção, discutindo e formulando as linhas políticas para a organização dos assentados que só poderia avançar se as famílias combinassem o cultivo para a subsistência e para o mercado (Documento Básico, 1989/1993). O problema da produção passava a ser tão importante para o movimento quanto ocupar, e passava a ser visto como parte da luta de massas, demandando militantes e recursos.

Percebia-se que nem os pequenos grupos coletivos, porque eram muito pequenos, nem as grandes associações, porque eram organizações de sentido social que não se guiavam por critérios econômicos, conseguiam fazer avançar a produção, por isso começava a se consolidar no interior do MST a necessidade de avançar as formas de cooperação

agrícola criando um sistema nacional de coordenação e apoio a todas as iniciativas dos assentados e, como a saída para a viabilidade dos assentamentos estaria na busca de eficiência econômica, incrementou-se o cooperativismo: no início de 1990, no Rio Grande do Sul, surgiu a primeira cooperativa de comercialização regional e a terceira de produção, em junho saiu o “Documento básico para discussão nos Estados” e um mês depois realizou-se o Seminário sobre as Experiências de Cooperação Agrícola, que concluiu não haver possibilidade de desenvolvimento pleno dos assentamentos pelo capitalismo.

Nos dois anos seguintes, o setor dos assentados se organizou como Setor de Produção do MST com o nome de Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), a partir de seis Estados prioritários: RS, SC, PR, ES, BA e CE. Em 1991 foi fundada a primeira Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA) a nível estadual (RS) e, um ano depois, já havia 5 CCAs.

O I Curso Nacional de Dirigentes do SCA, em Caçador (SC), discutiu a “Teoria e Prática da Cooperação na Agricultura” reafirmando-se que: a) o SCA é maior que as cooperativas existentes, portanto deveria trabalhar com todos os assentados a partir da opção voluntária pela cooperação, independentemente da forma de organização, não excluindo nenhuma das experiências existentes: associações, grupos coletivos, cooperativas de comercialização regionais e cooperativas de produção (CPAs), embora essas últimas fossem entendidas como a etapa mais avançada de organização coletiva da terra, do trabalho e do capital; b) o SCA seria uma estrutura única dirigida pelo MST (um setor do Movimento) e deveria trabalhar para ligar todos os assentamentos considerados retaguarda política e econômica do Movimento e ferramentas da luta geral; c) as novas cooperativas regionais só deveriam ser constituídas onde houvesse condições; d) o setor de produção (SCA) deveria se articular com o de formação.

Em 1992, foi fundada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB), em Curitiba

(PR), que passou a coordenar o setor de produção/SCA. E no Seminário “O SCA e os Assentados Individuais” discutiu-se que o movimento não estava valorizando a participação dos assentados individuais, base social do MST e público do SCA. Um ano depois, o MST estava avaliando toda a experiência de cooperação, diante da crise que dividia as cooperativas de produção e as opiniões internamente: uns acreditavam que o SCA teria sido um equívoco, outros que era uma crise de crescimento.

O Seminário Nacional sobre as Perspectivas de Cooperação no MST, que discutiu o texto preparatório *A crise nas cooperativas de produção e coletivos*, resultou na seguinte compreensão sobre a problemática:

- a) são as formas cooperativas de prestação de serviços (e não as produtivas) que massificam a cooperação nos assentamentos;
- b) apesar de não massificarem a cooperação nos assentamentos, as cooperativas de produção continuam sendo as formas superiores de organização e estratégicas para o MST, mas devem ser constituídas em condições muito bem definidas;
- c) o que orienta e organiza a cooperação é o volume de capital, modelo tecnológico e mercado, e não a terra (tamanho do lote e sim sua localização);
- d) a agroindustrialização da produção nos assentamentos é estratégica para o seu desenvolvimento econômico e de todo o interior do País, absorvendo a juventude e agregando valor às mercadorias produzidas;
- e) não haverá desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado (controlado e dirigido pela classe trabalhadora) que desempenhará um papel indutor da cooperação, via crédito, assistência técnica e pesquisa;
- f) está descartada a possibilidade da “acumulação

primitiva” de capital nos assentamentos, determinando aos assentados a necessidade de disputar, através da luta política a mais valia social.

O desafio era para onde e como avançar. Um dos grandes limites constatados era a administração e, para superá-lo, criou-se, ainda em 1993, a primeira turma nacional (de assentados) do Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), ao nível de 2º Grau, realizado em módulos de estudo teórico, em Veranópolis (RS), alternado com trabalhos teórico-práticos a partir de uma realidade concreta nos Estados (cooperativa agrícola ou não). Os cadernos de formação sistematizavam as discussões: “A Cooperação Agrícola nos Assentamentos” (1993), “Questões Práticas sobre Cooperativas de Produção” (1994). Para atender à demanda dos assentados individuais (que não se inseriam em cooperativas de produção) começaram a ser criadas em 1994 as cooperativas regionais de prestação de serviço ou de comercialização.

Naquele ano de eleições presidenciais, a sociedade civil organizada voltou a ganhar as ruas em manifestações massivas: os movimentos sociais no campo realizaram o “Grito da Terra Brasil” no dia do trabalhador rural – 25 de julho –, com coordenação coletiva da qual participou o MST. A pauta da mobilização reivindicava uma linha de crédito para os pequenos produtores rurais familiares, cuja resposta imediata do governo Itamar foi a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP). A CNBB e suas pastorais sociais inauguraram o “Grito dos Excluídos” no dia 7 de setembro, denunciando a drástica situação social, com a participação ativa do MST e vários movimentos sociais.

Quarta fase

A quarta fase da trajetória do MST, de 1995 a 2002, correspondeu aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso,

(...) foi o período em que o movimento passou a enfrentar não apenas o latifúndio como inimigo principal da reforma agrária, mas o modelo econômico neoliberal como novo projeto das elites brasileiras de abandonar um projeto nacional, de modernizar a agricultura via grandes complexos agroindustriais multinacionais – trouxe desafios ainda maiores para a luta pela reforma agrária. (Stédile, 2000, p. 23).

O III Congresso Nacional dos Sem-Terra, em 1995, em Brasília, com 5.000 delegados e 400 convidados, tinha como bandeira de luta “Reforma Agrária – uma luta de todos” e significou um marco de maior abertura do movimento para outros segmentos da sociedade, retomando a aliança com a ala progressista da igreja católica, a evangélica, o movimento sindical e popular decorrente da opção não-corporativa, do reconhecimento dos limites da luta específica, de compromisso com a luta geral pela transformação social do País e de descrença na ação isolada. No mesmo ano, foi formado o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, permanente, composto por vinte e dois movimentos e entidades.⁹

Inicialmente, o governo FHC manteve aberto o canal de negociações com o MST, anunciando o rito sumário para acelerar os processos de desapropriação, elevação do Imposto Territorial Rural (ITR) e combate à grilagem. O relativo sucesso inicial na política de assentamentos tem relação com a transformação da agricultura na “âncora verde” do Plano Real de 1994, na medida em que a crise do setor, e o conseqüente endividamento dos proprietários rurais em geral, aumentou a oferta de terras para a reforma agrária. Mas não deteve a violência nos conflitos fundiários que se sucederam, sendo o mais grave o massacre de Eldorado dos Carajás em 1996,

⁹ ABRA, ANMTR, APR, ASPTA, CAPOIB, CARITAS, CESE, CIMI, CJB, CNASI, CNBB, CONDISEF, CONIC, CONTAG, CPT, DESER, ESPLAR, FASE, FAZER, FEAB, FIAN – Brasil, IBASE, IBRADES, IDACO, IFAS, INESC, MAB, MLST, MLST de Luta, MNMDH, MPA, MST, Pastorais Sociais CNBB, PJR, REDE BRASIL.

tornando o 17 de abril o Dia Internacional da Luta Camponesa e de mobilização nacional.

A maior novidade desse primeiro mandato foi a redefinição conceitual relacionada aos camponeses, pequenos produtores ou agricultores de subsistência (com ou sem terra), que passaram a ser tratados juntamente com médios proprietários dentro do novo conceito de “agricultura familiar”, que proliferou nos meios acadêmicos e governamentais, diretamente articulado com o programa de crédito especial criado no ano anterior e denominado Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP – 1994), cuja alteração para o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF – 1995) não foi apenas semântica.

Um estudo de Guanziroli (1995), citado no Documento Base do PRONAF de 1996, ressaltava as seguintes características do modelo familiar em oposição ao modelo patronal: trabalho e gestão intimamente relacionados, direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e sua família, decisões imediatas e adequadas ao alto grau de imprevisibilidade no processo produtivo, ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, trabalho assalariado complementar. Este modelo foi segmentado em três tipos de produtores no universo de aproximadamente 4,6 milhões de estabelecimentos familiares:

- a) consolidados (1,15 milhão estabelecimentos), integrados ao mercado, com acesso a inovações tecnológicas e a políticas públicas; a maioria funciona em padrões empresariais, alguns chegando até mesmo a integrar o chamado agronegócio;
- b) de transição (1,02 milhão estabelecimentos) com acesso apenas parcial ao circuito da inovação tecnológica e do mercado, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais, não estão consolidados como empresas, mas possuem amplo potencial para sua viabilização econômica;

- c) periféricos (2,17 milhões estabelecimentos), geralmente inadequados em termos de infra-estrutura e cuja integração produtiva à economia nacional depende de fortes e bem estruturados programas de Reforma Agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, agroindustrialização, comercialização, dentre outros.

No seu VI Congresso, em 1995, a CONTAG explicitou sua definição:

*os produtores em regime de economia familiar no campo, para efeito de política agrícola e demais instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, são aqueles produtores que exploram parcela de terra na condição de: proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ocupante, pescador artesanal, extrativista, agregado, pequeno garimpeiro e comodatário Estes devem atender, simultaneamente aos seguintes requisitos: utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, **sem concurso do emprego permanente**, sendo permitido recurso eventual ‘a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; **que não detenha a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais** quantificados na legislação em vigor; que, no mínimo, 80 % da renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativa; que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo” (CONTAG apud Rosa, 1996 – grifos meus).*

Rosa (1996) ressaltou nessa definição que as famílias que possuem empregado permanente não são considerados agricultores familiares. Evidenciando a “briga por representatividade”, a autora afirmou que a CONTAG foi derrotada e um outro ator social foi determinante na definição do conceito que prevaleceu no PRONAF, os representantes dos sindicatos patronais liderados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que conseguiram impor que

as pequenas propriedades que possuem até dois empregados permanentes pudessem disputar os recursos, o que foi definido na resolução número 2.310 de 29 de agosto de 1996. (...) a CONTAG, grande batalhadora dos direitos dos pequenos agricultores familiares, principalmente aqueles considerados periféricos, acabou perdendo sua luta e considera que grande parte dos recursos do PRONAF serão desviados para pequenos agricultores já consolidados. (Rosa, 1996).

Pesquisas posteriores confirmaram que os agricultores consolidados (segmento patronal / empresarial) de fato carregaram para si a maior parte do crédito desse programa, reivindicado pelos pequenos agricultores (periféricos) e por trás do “marketing” social na mídia. O MST não entrou nessa disputa do conceito nem do público-alvo do PRONAF porque sua base social era contemplada por outra linha especial de crédito – o PROCERA. Todavia, com seu fim em 1999 os assentados passariam para o PRONAF. O SCA debateu sobre a massificação da cooperação no crédito, a partir da primeira experiência no Paraná e fundação de uma segunda no Rio Grande do Sul.

À medida que se aprofundavam as discussões sobre a produção nos assentamentos, diante da enorme demanda, o MST passou a questionar a desestruturação do sistema oficial de assistência técnica. Nova forma foi experimentada no Nordeste (CONTACAP/BNB, 1996) e estendida a nível nacional (Projeto Lumiar, 1997), em parceria com universidades¹⁰ e ONGs propondo uma relação técnico-pedagógica mais horizontal e constante avaliação do trabalho dos técnicos por equipes de supervisão junto às instâncias coletivas dos assentados, ampliando o âmbito da gestão pelas comissões estaduais para as duas políticas – PROCERA e Lumiar –, das quais participavam representações estaduais do MST e movimento sindical. Foram redobrados esforços do MST para formar técnicos comprometidos com a reforma agrária,

¹⁰ Cf. Tanezini (1997 e 2000).

desde a fundação, em janeiro de 1995, do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), em Veranópolis (RS), e nele a Escola Josué de Castro, que assumiu os cursos TAC e de magistério (ambos de 2º grau) e de capacitação em agroindústria.

O I Censo Nacional da Reforma Agrária (INCRA, 1997) evidenciou a presença de formas de exploração coletiva e/ou mista em vários Estados, sendo que no Rio Grande do Sul era mais significativa a presença de formas de exploração da terra coletivas e em outros como, no Ceará e em Sergipe, as formas de exploração mistas.¹¹ No II Seminário Nacional sobre as Perspectivas da Cooperação no MST, aprofundou-se a discussão sobre o SCA frente à estratégia do MST redimensionado-o, conforme caderno “O Sistema Cooperativista dos Assentados” (abril 1997).

Deve-se lembrar que a implantação da cooperação agrícola nos assentamentos – que são espaços sociais abertos, – se dá em face de um complexo campo de forças sociais, as relações dos assentados entre si, com o movimento e com outros atores sociais que transitam ou atuam permanentemente no mesmo e que defendem diferentes concepções sobre a organização da produção que reforçam ou colidem com o MST:

- 1) a pequena produção tradicional (camponesa), isto é, posse e uso da terra exclusivamente familiar (inclusive pela FAO);
- 2) cooperativismo tradicional, em pequena ou grande escala (que une pequenos e grandes produtores), sem alterar a posse e uso familiar da terra (produção),

¹¹ E na pesquisa de avaliação de dez anos do PROCERA 1987/1997 (Jorge, 1998) realizada em vários estados RR, AM, MS, SP, PR, SC, RS, CE, BA e SE, sendo que nesta última participei como coordenadora estadual, colheu depoimentos que se dividiam a favor e contra a cooperação agrícola, apontando suas razões.

atuando na comercialização, agroindustrialização da produção e outros serviços;

- 3) trabalho comunitário em diferentes níveis (da posse e/ou uso da terra);
- 4) empreendedorismo rural, ideologia recente, promovida por agentes de desenvolvimento de entidades financeiras (BNB); organismos internacionais, como PNUD e IICA, e organismos do sistema de capacitação de entidades patronais como o SENAR (CNA) e o SEBRAE (CNI), a partir do Fórum Nacional da Agricultura (FNA), em 1997, dentro de uma estratégia para desenvolver o agronegócio, numa parceria ampla entre governo e setor privado, que tem, entre os 37 grupos de trabalho, um que discute a pequena produção e a reforma agrária, fazendo recomendações aos órgãos responsáveis por sua execução, definindo rumos para o PRONAF etc. (Ministério da Agricultura/IICA, [s.d.]).

O segundo mandato de FHC, de 1999 a 2002, trouxe novas alterações conceituais em torno do “Novo Mundo Rural”, implementadas pelo governo e debatidas por intelectuais, que representou um novo cenário ao diluir as fronteiras entre o urbano e o rural, que vem ocorrendo com o agro-negócio, também na agricultura familiar, com ênfase na perda da importância da agricultura diante da pluriatividade dessas famílias, a partir de dados oficiais da PNAD/IBGE. Como foi dito, ocorreram alterações drásticas nas políticas agrícolas homogeneizando-as: fim do PROCERA integrando os assentados no PRONAF, e fim do LUMIAR, sem alternativa de assistência técnica e sem qualquer avaliação com os parceiros envolvidos nos mesmos, ao invés disso, foi aberto processo de auditoria no INCRA envolvendo a polícia federal para apurar supostas irregularidades.

O IV Congresso Nacional dos Sem-Terra, em Brasília, em 2000, adotou a palavra de ordem “*Por um Brasil sem*

latifúndio”, sintonizado com as atividades do Fórum no período: o “Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio” e a Campanha “Repartir a Terra para multiplicar o pão” pela emenda constitucional que limitaria o tamanho da propriedade da terra no Brasil, permitindo a realização de uma reforma agrária massiva como solução ampla e definitiva. Além das ocupações, o MST (só ou com outros movimentos a partir de 1997) intensificou as longas marchas a pé até as capitais estaduais e até Brasília, procurando não apenas visibilidade junto à opinião pública, mas aumentar o contato direto dos caminhantes com a população em diversas cidades ao longo dos percursos, sensibilizando-a.

Diante da globalização neoliberal e da exacerbação de suas conseqüências sociais, os movimentos populares e entidades de apoio, começam a discutir em suas bases e publicamente sobre os problemas estruturais da sociedade brasileira e do mundo atual, posicionando-se: no Jubileu 2000, com a campanha “Vida acima da Dívida” (coordenada pela CNBB e Vaticano) e o plebiscito mundial (não formal) contra o pagamento da dívida externa; e, dois anos depois, semelhante processo (com coordenação múltipla) realizou um plebiscito nacional (não formal) contra a ALCA e a presença americana na base de Alcântara (MA). O I, II e III Fóruns Sociais Mundiais, em Porto Alegre, realizaram-se entre 2001 e 2003, e o IV, na Índia, em 2004, com discussões e proposições descentralizadas na fase preparatória. A sociedade civil organizada do campo progressista nacional e internacional passa a propor, coletivamente, na perspectiva popular e democrática, não apenas um modelo alternativo de desenvolvimento da agricultura no Brasil e no mundo, mas a reconstrução de um projeto de nação e a resistência contra a globalização neo-liberal, somando-se na construção de uma globalização contra-hegemônica.

Participando ativamente dessas lutas gerais, o MST apresenta a cooperação agrícola como central no seu projeto

estratégico, que continuou sendo aperfeiçoada. Em 2001, a organicidade do sistema de cooperação agrícola dos assentados mais uma vez foi redefinida, e a coordenação nacional passou da CONCRAB para o Setor Nacional de Produção do MST, com várias linhas: produção e assistência técnica, cooperativismo (apenas esta linha continuou dirigida pela CONCRAB), organização dos assentados, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, sobretudo no semi-árido, etc. Atualmente, a partir da Plenária Nacional de fevereiro de 2002, o Setor de Produção estrutura-se em três frentes: 1) cooperação e organização social; 2) meio ambiente; e, 3) produção propriamente dita (que se desdobra em assistência técnica e programas oficiais).

Durante o segundo mandato de FHC, o referido Fórum intensificou a luta contra as medidas do governo federal que implementaram o projeto neoliberal no campo, no sentido da mercantilização da reforma agrária (como o projeto piloto Cédula da Terra, generalizado como Banco da Terra, preconizado pelo Banco Mundial). E continuou lutando pela democratização das políticas agrícola-creditícias, de assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária, apoio à agroindustrialização e comercialização e pelas políticas sociais – habitação, infraestrutura, educação e seguridade social.

Os movimentos sociais no campo apresentaram para a opinião pública, para o debate científico e para os candidatos na última eleição presidencial suas propostas alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento da agricultura brasileira, expressas no Projeto Popular para a Agricultura (Via Campesina, 2002).

Quinta fase

A quinta fase da trajetória do MST iniciou-se em 2003, subscrevendo a *Carta da Terra* do Fórum ao presidente Luis

Inácio Lula da Silva. Nos dois primeiros anos, as medidas econômicas restritivas adotadas foram justificadas pelo governo pela necessidade de “arrumar a casa” depois de mais de uma década de recessão e desmonte do Estado pela política neoliberal. Isso significou para o MST, como para outros setores sintonizados com as forças políticas que chegavam à presidência da República, alternâncias entre momentos de esperança, perplexidade, diálogo, frustração e retomada do combate.

O MST continua diversificando suas ações: grande mobilização na base, organizando a demanda por terra através da multiplicação das ocupações (também realizadas por outros movimentos de luta pela terra que passam de 1970); articulação com outros movimentos na Coordenação de Movimentos Sociais (2003); audiências com autoridades; críticas “seletivas”; participação nas conferências nacionais para influir nas políticas públicas: a II de Segurança Alimentar, na qual a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar aparecem como políticas estruturais do programa Fome Zero¹² e a partir da qual foram elaboradas as Diretrizes do Plano Safra para a agricultura familiar (com a retomada do CONSEA que tinha sido extinto por FHC); do Plano Plurianual; de Meio Ambiente, onde a questão dos transgênicos foi a maior polêmica; da Pesca que contemplou os pescadores artesanais e, principalmente, na Conferência Nacional da Terra, em novembro de 2003, na qual se reuniram todos os movimentos sociais do campo do país, e onde o governo apresentou e debateu o II Plano Nacional da Reforma Agrária, tendo como ponto negativo o corte das metas de assentamento da proposta original discutida com representantes do Fórum.

Em 2004, educadores do Movimento participaram da II Conferência Nacional de Educação do Campo. O MST deu sinais claros ao governo de insatisfação no “abril vermelho”. Na

¹² Tema apresentado no I Seminário de Política Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (junho/2003) e do trabalho final da disciplina Seminário Avançado coordenada pelo prof. Pedro Demo. Cf. Tanezini (2004).

atual conjuntura recrudesciu a violência, com a UDR voltando a ganhar visibilidade na mídia e a bancada ruralista se articulando em torno da CPI da Terra no Congresso Nacional e cobrando do MST o fato dele não pressionar o governo “como deveria”. A proposta de emenda constitucional para limitar o tamanho do latifúndio continua no Congresso Nacional sem entrar em pauta. O movimento realizou seus encontros nacionais anuais e se prepara com discussões na base para o V Congresso, em 2005. Com relação à reforma agrária, e outras políticas sociais, mais do que se podia esperar, a luta continua...

Nessa trajetória de vinte anos de luta pela terra, o balanço quantitativo do movimento totaliza mais de 2 mil ocupações realizadas por 300 mil famílias hoje assentadas (do total de 500 mil), envolvendo mais de 1,7 milhões de pessoas e conquistando 7 milhões de hectares – dos 371 milhões de solo agricultável e 331 milhões ocupados com propriedades (INCRA, 1992) ou dos 354 milhões de hectares destinados a atividade agropecuária, dos quais mais de 151 milhões de hectares agricultáveis ainda não estão utilizados (IBGE 1995/96). Vê-se que a estrutura fundiária mal foi arranhada e a injusta concentração mantém inalterado o índice de Gini acima de 0,8 (quanto mais próximo de um mais alta é a concentração) desde 1940. No início de 2004, havia 500 acampamentos com 100 mil famílias.

A longa experiência concreta do seu setor de produção, cooperação e meio ambiente tem como resultados práticos: 400 associações de produção, comercialização e serviços; 63 cooperativas de produção agropecuária, coletiva e semicoletiva com 2.299 famílias associadas; 22 cooperativas de comercialização e prestação de serviços, com 11.174 sócios diretos; 3 cooperativas de crédito (banco popular) com 5.400 associados; 96 pequenas e médias agroindústrias, processando frutas e hortaliças, leite e derivados, grãos, carnes e doces; produção de sementes agroecológicas – Bionatur; produção orgânica de semente de milho; capacitação dos assentados em tecnologias alternativas para produção agroecológica; várias experiências com viveiros para florestamentos e construção

de jardins, projetos de preservação de mata com plantação consorciada e de educação ambiental

O setor de educação do MST reconheceu há muito tempo que a prática, a militância qualificada, precisa da teoria, por isso vem derrubando as “cercas do latifúndio” do conhecimento. A partir dos valores de solidariedade, cooperação e mutirão no trabalho e com metodologia própria que melhor se adaptou à realidade dos assentados, realizou através do PRONERA desde 1998, parcerias com 59 universidades: com projetos de alfabetização de 30 mil jovens e adultos em 1.400 salas de aula, que se desdobraram na qualificação dos 2 mil monitores de alfabetização e militantes do setor, totalizando 15 mil educadores que complementaram a sua formação escolar no nível fundamental (supletivo 1º grau), no curso de magistério em nível médio (de 2º grau), alguns tendo acesso ao curso de pedagogia da terra (nível de graduação): a primeira turma nacional formou-se no Rio Grande do Sul em 2001, desdobrada em duas turmas regionais (em Mato Grosso, para o Norte, e no Espírito Santo, para o Nordeste), com 180 alunos formados e outro tanto freqüentando três novas turmas em andamento, descentralizado para outros 11 cursos a se iniciar em 2004 em universidades: no Norte – Pará; no Centro-Oeste – Mato Grosso do Sul; no Sul – Rio Grande do Sul; no Sudeste – São Paulo; e no Nordeste: Ceará, Pernambuco, Bahia e Sergipe.

O MST tem clareza de que o desenvolvimento da produção nos assentamentos depende de conhecimentos técnicos especializados, por isso investiu na formação em ciências agrárias em nível médio de forma autônoma, através do TAC/ITERRA no Rio Grande do Sul, que já formou pelo menos sete turmas nacionais de 50 a 60 alunos, e outras turmas no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no curso técnico agroflorestal. Convênios com o governo federal no Nordeste oportunizaram o primeiro curso técnico de agropecuária em nível médio, implementado em parceria com a UFPB, em Bananeiras (PB), com 60 alunos, cuja formatura estava prevista para junho e segunda turma para começar em 2004. A UFS ofereceu o primeiro curso de engenharia agrônoma a uma

turma regional, vencendo resistências. Outros cursos estão aprovados ou em processo de negociação também na região Nordeste com turmas descentralizadas na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e de âmbito regional no Pará (Norte).

Diversificam-se as áreas de ciências humanas estudadas com os cursos de graduação em História, iniciados em 2004 na Paraíba, e de Filosofia no Rio de Janeiro. E a aprendizagem aprofunda-se em cursos de especialização em Educação do Campo e em História da América Latina.

Considerações Finais

Finalmente quero esboçar um balanço qualitativo dessa trajetória inicialmente com o fato do MST atingir frontalmente um dos pilares do modelo de desenvolvimento capitalista no país – o latifúndio –, e nessa direção tem sido ressaltada a eficácia da tática de ocupação para vencer o histórico imobilismo do Estado, diante dos resultados pontuais, mas concretos, reconhecidos nacional e internacionalmente. Essa luta, que mal inicia a democratização da riqueza vem provocando alteração da territorialização do País; vem alterando o direito agrário, vem tornando transparente o debate ideológico por trás das denominações “invasão” *versus* “ocupação”, vem conseguindo a aprovação crescente da opinião pública à causa da reforma agrária e também à sua forma de luta; vem produzindo alimentos em terras antes improdutivas num combate efetivo à fome; vem redistribuindo renda ao conquistar crédito rural e infra-estrutura social, vem redefinindo o caráter da assistência técnica e extensão rural; vem dinamizando economias municipais e regionais no interior do País etc., resgatando uma perspectiva classista.

Passaram-se 20 anos, somos jovens ainda, temos muito a brindar, a fazer e edificar, a luta pela reforma agrária e por uma nova sociedade continua. Ainda há 4,5 milhões de famílias sem terra aguardando uma terra para poder trabalhar, e muita exploração social, desigualdade, concentração de riqueza,

injustiça, analfabetismo. Enquanto todos não tiverem a terra para poder viver e uma vida mais digna, o MST continuará o seu papel histórico, que é organizar os pobres do campo e lutar por um Brasil sem latifúndio. (agenda do MST, 2004).

O MST tem sido considerado um dos maiores movimentos sociais do final do século XX, diante do reconhecimento nacional e internacional da sua importância político-social, e apesar dos estudos de caso de assentamentos, de algumas análises comparativas e de trabalhos sobre o setor de educação, ainda são raros os estudos de caráter mais geral sobre o Movimento no processo de Reforma Agrária. Uma explicação para essa lacuna parece ser o fato de que, no período de efervescência das pesquisas sobre movimentos sociais na América Latina, no início dos anos 80, o MST ainda não se destacava diante dos demais, e o sindicalismo combativo urbano/rural estava em foco. E, quando ele se consolidou no plano concreto das lutas, os estudiosos lançavam os olhos sobre novas temáticas e sobre os novos movimentos sociais.

Gohn (1997) refere-se ao MST como o movimento social que faz uso da força, carrega a paixão, faz formação de militantes, defende causas coletivas, solidariedade, valores socialistas, tudo o que “está fora da moda”.

No entanto, chamo a atenção para o fato desse “velho” movimento dialogar com os novos movimentos sociais incorporando aquelas temáticas que fazem sentido com o seu universo, como a problemática de gênero (na medida em que as mulheres se organizaram internamente) e a ambiental, que vêm crescentemente sensibilizando o MST, exigindo novas posturas, debatidas coletivamente, exercitadas individualmente pelos militantes e incorporadas na estrutura organizativa do MST,¹³ ou seja, questões postas pela contemporaneidade renovam este

¹³ O MST declara-se contra qualquer discriminação e observa-se que, na base social (acampados e assentados) e direções colegiadas, ocorre a convivência racial reforçada pela identidade enquanto “sem-terra” e “pobres do campo”. Sobre a questão da homossexualidade, há aceitação tácita dessa realidade que ocorre em alguns assentamentos, mas observam-se manifestações individuais jocosas, reprovação e rejeição.

movimento popular de massas. É inegável que integra hoje a vanguarda da luta ecológica concreta, criticando a matriz da Revolução Verde, assumindo a necessidade da transição para uma matriz agroecológica, a defesa da recuperação de áreas degradadas (inclusive pelos Sem-Terra), e, se destaca na luta contra os transgênicos, questionando o controle genético das sementes.

No aspecto organizativo possui vários traços contemporâneos: formas de direção colegiadas; formas de estruturação interna, ágeis e flexíveis; uma interessante forma de mobilizar multidões, que todavia não se confunde jamais com uma “massa amorfa” ou horda, na medida em que permanecem organizadas em pequenos grupos; participação ativa na construção de redes no plano nacional e internacional e de “redes de redes” (Fóruns Sociais Mundiais), articulação da luta local e global, específica e geral, busca de novas formas de organização da produção com a cooperação agrícola, que integram o debate da economia popular (Kraychete, 2000) e economia solidária (Singer, 2002), mas também de novas sociabilidades experimentadas.

Para seus teóricos, as causas dos NMS ocorrem no campo cultural, na mudança de mentalidades. Percebo que o MST participa dessa batalha, e para ele o campo de confronto se dá, certamente, na “infra-estrutura” econômico-social a partir da negação da grande propriedade privada capitalista no âmbito da sociedade civil (luta de classes), mas, também se dá na “superestrutura jurídico-política e ideológica” onde se trava a luta cultural na discussão dos conceitos-chave do direito agrário (propriedade privada plena *versus* função social da terra), na disputa ideológica das qualificações da sua ação como “invasão” *versus* “ocupação”, articulada com a anterior, e trava uma relação complexa com o Estado combinando oposição, pressão e tática radical de ocupação com negociação dos fundos públicos, parcerias na gestão de políticas públicas e participação ativa na sua execução (procurando manter sua autonomia, sua metodologia), pro-

curando ampliar os limites da própria democracia participativa atual no país.

Por fim o tratamento da subjetividade, de reconstrução do sujeito transformando as pessoas mais pobres dentre os pobres, mais desenraizadas e desestruturadas dentre os excluídos ou marginalizados do país, discriminadas por muitos como “párias” da nossa sociedade, em militantes orgulhosos que recuperam sua dignidade dentro de um processo de construção da identidade e da consciência (na dialética individual/coletiva), reforçado por um constante investimento em educação, com pedagogia própria, baseada na “realidade da reforma agrária”, no resgate e valorização da sabedoria popular (da fitoterapia ao teatro popular), na desmistificação da realidade nos cursos de formação, contra a alienação. Tudo em proporções muito grandes, dada a sua imensa base social. Combina a memória e o projeto de futuro, a ação pragmática e a mística dos valores.

Enfim, no debate entre Navarro (2002) *versus* Carvalho (2002) reforço a posição do segundo, entendendo que a trajetória do MST, ao combinar a construção coletiva passo a passo, envolvendo diretamente as massas na reflexão e na ação consciente rumo a um horizonte estratégico explícito, é coerente e tem sido eficaz no seu propósito de participar da luta mais geral de construção da consciência de classe “para si”, de uma contra-ideologia ou contra-hegemonia ou, usando uma expressão mais contemporânea, atua num sentido emancipatório. Além das críticas (fundamentadas e construtivas) esse movimento social merece da intelectualidade demonstrações de respeito e reconhecimento por essa trajetória de vinte anos! Parabéns trabalhadores “sem terra” pela construção do MST!

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BESCOV, Paulo R. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro de industrialização do pós-guerra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, CPDA, Rio de Janeiro, 1999.
- CARVALHO, Horácio M.A Emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ESTERCI, Neide (Org.). *Roças comunitárias e outras experiências de coletivização no campo*. Rio de Janeiro: CEDI, 1982.
- _____. (Org.) *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- GUANZIROLI, Carlos. *Perfil da agricultura familiar no Brasil*. Brasília: FAO, MARA, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- JORGE, Wirley et al. *Avaliação do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária PROCERA*. Jaboticabal: Unesp, 1998.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KRAYCHETE, Gabriel. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- MARTINS, José de S. Introdução In: ESTERCI, N. *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. IICA. FNA. *Mais do que uma política agrícola...* São Paulo: Brasil Now, [s/d].
- NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NOBRE, A. *Trajatória do sindicalismo rural na Paraíba*. Campina Grande, 1992. Dissertação (Mestrado) – UFPB.

- NOBRE, A. Gismário et al. A questão agrária no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 19, dez. 1985.
- POMAR, Wladimir. *Introdução*. In: LÊNIN. *Capitalismo e agricultura nos EUA*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- ROSA, Sueli. *O PRONAF*. Brasília: UnB, 1996. (mimeogr.).
- SINGER, Paul. Auto gestão a partir da Reforma Agrária – MST In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.
- STÉDILE, João Pedro. A trajetória do MST. In: CONGRESSO NACIONAL DO MST, 4., São Paulo. [Anais...]. São Paulo: CONCRAB, 2000.
- VEIGA, José E. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- TANEZINI, Theresa Cristina Z. *Os industriais do açúcar na plantation colonial: estudo da agro-indústria açucareira no Nordeste*. Campina Grande, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPB.
- _____. Escravidão e capitalismo na *plantation* colonial. *Revista Raízes*, UFPB, Campina Grande, n. 10, dez 1994.
- _____. Um estudo da viabilidade sócio-econômica do Assentamento Moacyr Wanderley em Quissamã – São Cristóvão – SE. In: SEMINÁRIO SOBRE TABULEIROS COSTEIROS. *Caderno de resumos do...* Aracaju: EMBRAPA, 1995.
- _____. Projeto Lumiar: uma nova proposta de assistência técnica para assentamentos de reforma agrária. In: ENCONTRO DE PESQUISA SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NOS TABULEIROS COSTEIROS DE SERGIPE, 2., [Aracaju]. *Anais*. [Aracaju]: EMBRAPA, 1997. p 157-163.
- _____. Experiência de extensão universitária junto ao Projeto Lumiar. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DA UFS, 1., *Anais*. [s.l.], maio 2000
- _____. MST – a face invisível de um movimento social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., Rio de Janeiro, 2001. *Anais*. Rio de Janeiro: CFESS/APEPSS/ENESSO, 2001. (CD-Rom).
- _____. A Reforma Agrária e o Fortalecimento da Agricultura Familiar enquanto Políticas Estruturais do Programa de Segurança Alimentar para o Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS) 11., Fortaleza, 2004. *Anais*. Fortaleza: CFESS, ABEPSS, ENESSO, 2004. (CD-Rom)

Artigo recebido em 30 julho de 2005 e aprovado em 30 de outubro de 2005.